

## **PARA UMA ANÁLISE DA “FORÇA DE TRABALHO” ENQUANTO MERCADORIA**

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Havana Maria Ribeiro Alves<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo expõe as bases materiais da subordinação do trabalho ao capital. Para tanto, expõe o “trabalho abstrato” como o trabalho que possui potencialidades de criar valor, como trabalho consonante com a forma capitalista de produção de mercadorias. Dessa forma, destacamos que no âmbito da contradição entre valor de uso e valor de troca da mercadoria encontra-se o conflito entre as duas grandes classes sociais: capitalistas e trabalhadores. Seguindo uma exposição crítico-dialética e estabelecendo mediações entre os itens, demonstramos as especificidades que envolvem a compra e venda da força de trabalho. Outrossim, em nossa exposição, salientamos que a produção de mercadorias é também reprodução dos antagonismos de classe que permeiam essa sociedade [capitalista]: capitalistas de um lado, detentores dos meios para produção de mercadorias; trabalhadores do outro lado, desprovidos de meios de produção e obrigados a vender a sua força de trabalho aos capitalistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Força de Trabalho; Mercadoria; Trabalho.

### **ABSTRACT**

This article presents the material basis of the subordination of labor to capital. To do so, exposes the "abstract labor" as work that has the potential to create value, as consonant work with the capitalist form of production of goods. Thus, we emphasize that in the context of the contradiction between use value and exchange value of the commodity is the conflict between the two major social classes: capitalists and workers. Following an exhibition setting and critical-dialectical mediations between items, we demonstrate the specifics involving the purchase and sale of labor power. Furthermore, in our exposition, we note that the production of goods is also playing the class antagonisms that permeate this society [capitalist]: capitalists on one hand, holders of the means of production of goods; workers on the other hand, devoid of means of production and forced to sell their labor power to the capitalists.

**KEYWORDS:** Workforce; merchandise; Work.

### **INTRODUÇÃO**

Analisar a força de trabalho enquanto mercadoria é o objetivo central da nossa exposição. Para tanto, foi necessário perpassar pela análise do trabalho no modo de produção capitalista, queremos dizer: o trabalho abstrato.

---

<sup>1</sup> Aluna do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Integra os grupos de pesquisa “Economia, política e direito em Marx” e “Reprodução Social”.

À medida que a discussão avança, procuramos trazer para o debate os elementos fundamentais à compreensão do nosso objeto de estudo. Dessa forma, a primeira parte desse estudo consiste em analisar a força de trabalho enquanto mercadoria, sua subordinação ao capital.

Em seguida, com a finalidade de entrar na essência do processo de compra e venda da força de trabalho, demonstramos a capacidade de criar valor contida na força de trabalho, procurando estabelecer elos com a relação entre valor de uso e valor de troca no que se concerne a mercantilização força de trabalho - relação esta que se mostra contraditória, veremos no desenrolar do estudo o porquê.

Feita essa análise, é a partir dos desdobramentos do tópico anterior que buscamos entender o processo de produção de mercadorias, bem como as particularidades da força de trabalho imbricada a esse processo.

Esse estudo apresenta três partes inter-relacionadas e será realizado mediante pesquisa bibliográfica de teor fundamentalmente teórico, consistindo na exposição dos pressupostos que subsidiarão a apreensão do objeto de pesquisa por nós delimitado.

Face ao exposto, procuramos traçar um horizonte marxiano para o nosso estudo, respaldaremos nossa análise nas obras de Karl Marx e Francisco Teixeira.

## **O TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO DE CAPITALISTA: SUBORDINAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO AO CAPITAL**

Temos o trabalho – no que se concerne às determinações universais - como *intercâmbio orgânico do homem com a natureza, como condição essencial da vida humana*, ou ainda, se quisermos, como produtor de valores de uso.

Contudo, essa determinação universal do trabalho não é capaz de responder o que as demandas da nossa análise. Por isso, queremos ampliar nosso prisma de análise para além das determinações universais do trabalho, haja vista que esta não nos possibilitaria contemplar as peculiaridades essenciais do modo de produção capitalista, portanto, da força de trabalho subordinada ao capital. Ademais, o conceito universal de trabalho *independente de sua forma histórica* é claramente tido como insuficiente (mas não desprezível) para Marx. Esclarecimentos realizados, procuramos agora nos deter em nossa análise.

Com a subsunção do trabalho ao capital instaurada pela sociedade burguesa, temos a transformação do modo de produção, e o trabalho como trabalho alienado.

Ainda no que se concerne ao trabalho na sociedade capitalista, o elemento compra/venda da força de trabalho é elemento axial. Ora, se no modo de produção feudal, os

servos enquanto classe dominada, ficavam com parte do que produziam, no capitalismo isso deixa de existir. Os donos dos meios de produção impelem o trabalhador a produzir um produto que não pertence a ele [trabalhador], um produto que lhe é alheio. Por isso, a alienação da força de trabalho ao capital é a base material da crítica ao modo de produção capitalista.

Assim, quando o capitalista compra a mercadoria força de trabalho, o valor de uso dela o pertence. À medida que faz o vendedor dela trabalhar, desfruta da utilidade da mercadoria que comprou.

Para Marx (1985), o processo de trabalho enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista mostra dois fenômenos peculiares: o trabalhador trabalhar sob o controle do capitalista, a quem inclusive, pertence o seu trabalho, é o primeiro; e dele desencadeia o segundo, a saber: a propriedade do produto é do capitalista e não do produtor direto.

O capitalista, por sua vez, acaba enxergando o processo de trabalho apenas como consumo da mercadoria que ele comprou - a força de trabalho. Contudo é relevante acrescentarmos que ele só pode consumir a força de trabalho outrora comprada se acrescentar a ela meios de produção.

A partir de então, o capitalista faz uma simbiose entre coisas que lhe pertencem: adiciona trabalho aos elementos constitutivos do produto. É, portanto, rigorosamente oportuna a passagem em que Marx (1985) classifica o processo de trabalho como “um processo entre coisas que o capitalista comprou”. (p 154)

Assim, numa sociedade em que os indivíduos só existem como proprietários de mercadorias, sua existência exige que eles se reconheçam reciprocamente como proprietários. Só assim podem, mediante um ato de vontade comum entre eles, permutar suas respectivas mercadorias entre si. Como iguais, seus atos de troca devem obedecer ao princípio da igualdade dos valores permutados, pois ninguém estaria disposto abrir mão da sua mercadoria se, em troca, não recebesse outra de igual valor. É o que acontece com a compra e a venda da força de trabalho.

O capitalista, dono de determinada soma de valor, encontra no mercado o trabalhador com a sua mercadoria: a força de trabalho. Eles confrontam-se como indivíduos, como comerciantes portadores de direitos iguais: o primeiro na condição de comprador e o segundo na de vendedor. Como comprador, o capitalista tem direito de consumir a mercadoria que comprou (a força de trabalho) como qualquer outro comprador que adquire um bem para consumo próprio.

Por sua vez, o trabalhador recebeu do capitalista o valor correspondente à venda de sua força de trabalho, comprometendo-se, assim, a trabalhar certo número de horas ou dias pelo valor que lhe foi pago. Eis a aparência da compra e venda da mercadoria força de trabalho no capitalismo.

Entretanto, essa relação deve ser pensada a partir de sua essência. Sair da aparência do sistema e adentrar a sua essência consiste numa tarefa árdua. Essa passagem, segundo Teixeira (1995), não é apenas uma passagem lógica, mas sim, “uma passagem com um peso ontológico”.

Dessa forma, não queremos dizer que a aparência do sistema é de um todo sem sentido e deve ser completamente anulada nesse estudo, mas sim, pretendemos salientar que centrar apenas na aparência do sistema é, no mínimo, deturpar a análise do processo de acumulação. Assim, nos propomos aqui a pensar também a essência do processo de compra e venda da força de trabalho. E por fim ter como horizonte teórico a aparência e essência enquanto como *dois momentos de uma mesma realidade*. Dessa forma, estamos aptos a passar ao próximo item.

## VALORIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Passemos então para a essência da relação entre compra e venda da força de trabalho: a capacidade desta última de criar valor.

A priori é necessário sabermos que os meios de produção que integram o valor do produto, por si só, não podem formar valor. Apenas o trabalho humano é formador de valor, isto é, fonte de valor. Noutras palavras: o trabalho humano agrega valor à mercadoria. Subsidiando-nos do exemplo de Marx (1985), poderíamos dizer que algodão e fusos servem de meios de subsistência no processo de fiar, mas sozinhos – queremos dizer: fora do processo de trabalho – não se transformariam em fio.

Imaginemos ainda a produção de fios, tal qual como fez Marx (1985) em *O Capital*, para ilustrarmos o processo de formação de valor, no qual uma mercadoria é trocada por seu equivalente.

Ao tratar da venda da força de trabalho, foi suposto que seu valor diário = 3 xelins e que nestes últimos estão incorporadas 6 horas de trabalho, sendo, portanto, exigido esse *quantum* de trabalho para produzir a soma média dos meios diários de subsistência do trabalhador. Se nosso fiandeiro, durante 1 hora de trabalho, transforma 1 2/3 libra de algodão em 1 2/3 libra de fio, então transformará, em 6 horas, 10 libras de algodão em 10 libras de fio. Durante o processo da fiação o algodão absorve, portanto, 6 horas de trabalho. O mesmo tempo de trabalho representa-se num *quantum* de ouro de

3 xelins. Mediante a própria fiação acrescenta-se, pois, ao algodão um valor de 3 xelins. Vejamos agora o valor total do produto, das 10 libras de fio. Nelas se objetivam 2 1/2 dias de trabalho, sendo 2 dias contidos no algodão e na massa de fusos, e 1/2 dia absorvido durante o processo da fiação. O mesmo tempo de trabalho representa-se numa massa de ouro de 15 xelins. O preço adequado ao valor das 10 libras de fio é, portanto, 15 xelins, o preço de 1 libra de fio, 1 xelim e 6 pence. (MARX, 1985, p 158-159)

Vejamos que o produto final tem o mesmo valor do capital adiantado para sua produção. O capitalista não entende como isso pode acontecer! Valor contra valor: onde ficaria seu lucro? Ora, já que não obteve lucro na esfera da produção, poderia ele vender essa mercadoria acima de 15 xelins e retirar seu lucro da esfera da circulação? Teixeira (1995) demonstra que não, pois “se ele vende [a mercadoria] acima do valor, todos os outros capitalistas o imitarão, e aí o que ele ganha como vendedor, perde como comprador.” (p 138)

Mas o nosso capitalista, como toda sua astúcia para os negócios, consegue encontrar uma saída para esse - digamos que - impasse. Ele prolonga a jornada de trabalho além do tempo necessário para sua reprodução, fazendo com que o dinheiro que ele havia injetado na produção, se valorize – portanto, se transforme em capital; portanto, gere mais-valia.

Vejamos: no valor de um dia de força de trabalho está objetivada meia jornada de trabalho, haja vista que Marx (1985) a coloca como suficiente para custear os meios de subsistência necessários para reproduzir diariamente a força de trabalho. Ora, o capitalista pagou pelo valor de uso de um dia de trabalho, portanto a utilização daquela mercadoria durante o dia, obviamente, lhe pertence. Como foi dito anteriormente, a manutenção da força de trabalho custa meia-jornada de trabalho, no entanto, ela pode operar uma jornada inteira (e por isso, cria o dobro do seu próprio valor de um dia). Se isso acontece é, para Marx, grande sorte do capitalista que comprou a força de trabalho, mas não injustiça com quem a vendeu, o trabalhador; haja vista que as leis de intercâmbio de mercadorias não são violadas pois está sendo pago o tempo de trabalho socialmente necessário a sua reprodução.

Anseio que o leitor esteja percebendo que nossa argumentação está objetivando fazer a transição da aparência para a essência do modo da relação compra/venda da força de trabalho.

Vejamos: o capitalista não é ingênuo, ao comprar a força de trabalho percebe que há uma diferença de valor da força de trabalho em si para o valor da força de trabalho no processo de trabalho.

É relevante salientar: para criar valor, a força de trabalho tem que funcionar em condições normais. Uma máquina que não funciona corretamente faria, por exemplo, com que

o trabalhador precisasse mais do que o tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria e, evidentemente, esse tempo excedente não geraria valor em dinheiro.

Sobre isso, Marx (1985) acrescenta que “o caráter normal dos fatores materiais de trabalho não depende dos trabalhadores, mas sim dos capitalistas.” Outra condição, continua ele, é “o caráter normal da força de trabalho. No ramo que se aplica deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez”. Acerca disso, nem o mais ingênuo dos leitores deixaria de perceber que o capitalista não compraria força de trabalho sem os predicativos supracitados, haja vista que teme o desperdício de qualquer tempo de trabalho.

Outrossim, não deve haver nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meio de trabalho, ambos quando desperdiçados representam uma quantum de trabalho objetivado desperdiçado, e que portanto não entrariam no produto da formação de valor. Sobre esse aspecto, o autor de *O Capital* fala que o capitalista possui um “código penal”<sup>2</sup> próprio, noutras palavras: mecanismos de coerção, para que matéria-prima e meios de trabalho não sejam desperdiçados.

Sua propriedade útil, diz Marx (1985), era apenas uma condição indispensável, pois o trabalho para criar valor deve ser despendido em forma útil.

### **Valor de uso e valor de troca**

Essa discussão se faz necessária pois é no âmbito da relação entre valor de uso e valor de troca da mercadoria, ou melhor, é no âmbito da contradição entre valor de uso e valor de troca da mercadoria que encontra-se o conflito entre as duas grandes classes sociais: capitalistas e trabalhadores. Portanto, uma análise mais pormenorizada se faz necessária.

A utilidade da mercadoria, diz Marx (1985), faz dela um valor de uso. Contudo, essa utilidade é determinada pelas propriedades do *corpo da mercadoria*. Portanto, o *corpo da mercadoria* é um valor de uso e dessa forma, realiza-se no consumo.

Pensando no valor de uso fora da sociedade capitalista, portanto pensando o produto do trabalho como resultado do trabalho enquanto condição da existência dos homens, Marx (1985) coloca que o valor de uso constitui o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Sem a produção de valores de uso a sociedade – seja ela qual for – não consegue se manter.

---

<sup>2</sup> *Code pénal*, se quisermos ser fiel a expressão - em alemão - utilizada por Marx em sua obra.

Na sociedade capitalista, por sua vez, há uma ressalva: os valores de uso se constituem ao mesmo tempo como portadores materiais do valor de troca. Dito de outro modo: só se produz valores de uso se nele contem valor de troca.

De início, explica Marx (1985) “o valor de troca aparece como uma relação quantitativa” (p 46), haja vista que se estabelece uma relação de troca entre dados valores de uso do produto. Contudo, convém ressaltarmos que essa relação é mutável, ou se quisermos “muda constantemente no tempo e espaço” (p 46).

Vejamos: Marx não está negando a existência do valor ao afirmar que ele *muda constantemente no tempo e espaço*, mas sim, pretendendo afirmar que “uma mesma mercadoria se troca nas mais diferentes proporções com outras mercadorias”. (Teixeira, 1995, p 68). Para que não restem dúvidas:

a grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria portanto constante, caso permanecesse também constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho. A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. (MARX, 1985, p 48)

Assim sendo, no processo de troca entre mercadorias algo em comum, leia-se: da mesma grandeza, deve existir entre as duas coisas que pretendem ser trocadas.

O valor de troca só pode ser modo de expressão de um conteúdo dele distinguível. Procurando nos tornar compreendidos, usaremos o mesmo exemplo de Marx (1985), o trigo e o ferro. Qualquer que seja sua relação de troca, sempre uma dada quantidade de trigo é igualada a uma dada quantidade de ferro. Mas o leitor deve está a se perguntar, o que torna possível a troca entre duas mercadorias distintas entre si? Ousamos responder: o fato de cada uma das duas ser igual em um elemento - o trabalho. Cada uma das duas se reduz a esse elemento que possuem em comum, mesmo que um represente mais, outro menos.

Se desconsiderarmos o valor de uso da mercadoria, resta a elas apenas uma propriedade: ser produto de trabalho, haja vista que os componentes corpóreos que fazem parte do valor de uso também são desconsiderados, assim ele já não é mais o produto de um trabalho produtivo determinado. Com efeito, quando abstraímos o valor de uso das mercadorias estamos desconsiderando também o caráter útil dos trabalhos neles representados. Assim sendo,

desaparecem também as formas concretas diferentes desses trabalhos, que deixam de diferenciavam-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1985, p 47)

Fica nítido que abstraindo o valor de uso dos produtos, obtém-se seu valor por via do trabalho. Mas, atenção! Marx (1985) deixa claro que não é qualquer trabalho que cria valor, mas sim, o trabalho na sua forma capitalista, o trabalho abstrato.

Com mais razão ainda, dizemos que no que se concerne a troca de mercadorias, seu valor de troca aparece como algo totalmente independente do seu valor de uso. Isso não significa, de nenhum modo, negar a função do valor de uso na análise das relações capitalistas, haja vista que ele desempenha eixo central na crítica de Marx<sup>3</sup>

Por satisfazer certas necessidades, a mercadoria tem uma utilidade e por conta desta é que foi produzida. Entretanto, a mercadoria só cumpre essa função se se realiza como valor de troca, haja vista que “ninguém abre mão de seu produto se em troca não receber um valor igual.” (Teixeira, 1995, p 65)

Ainda procurando estabelecer nexos argumentativos com o que sinalizamos no início desse tópico é que abrimos caminho para o tópico subsequente.

## A FORMA MERCADORIA E A FORÇA DE TRABALHO

Quando propõe-se analisar a mercadoria em *O Capital*, Marx (1985) a analisa independente de como ela venha a satisfazer as necessidades humanas. Não interessa, portanto, se ela satisfaz necessidades imediatas como forma de meio de subsistência, ou se satisfaz necessidades indiretamente, servindo, dessa forma, como meio de produção.

A fim de contemplarmos de forma mais ampla nossa discussão, explicitaremos agora a como se dá o processo global de produção de mercadorias no modo de produção capitalista. Temos:  $D - M - D'$ , onde  $D'$  é maior que  $D$ . Durante o processo de produção de mercadorias,

---

<sup>3</sup> "Por outro lado, o *vir obscurus* não viu que já na análise da mercadoria o meu texto não se limita ao duplo modo (*Doppelweise*) em que ela se apresenta, mas vai adiante imediatamente até que, nesse ser duplo (*Doppelsein*) da mercadoria se apresenta o duplo (*Zweifacher*) caráter do trabalho, de que ela é produto: o trabalho útil, os modos concretos (*den konkreten Modi*) dos trabalhos que criam valores de uso, e o trabalho abstrato, o trabalho enquanto gasto de força de trabalho, qualquer que seja a forma útil pela qual ela é gasta (sobre o que mais adiante se baseia a apresentação do processo de produção); que no desenvolvimento da forma do valor da mercadoria, e em última instância, da sua forma dinheiro, portanto do dinheiro, **o valor de uma mercadoria se apresenta no valor de uso, isto é, na forma natural de outra mercadoria, que a própria mais-valia é deduzida de um valor de uso específico da força de trabalho**, o qual pertence exclusivamente a esta última etc. etc.; que, em consequência, o valor de uso tem no meu texto um papel muito mais importante do que (aquele que ele desempenhou) até aqui na economia". Marx, citado por Ruy FAUSTO, *Marx: Lógica e Política...*, op. cit., p. 767, Tomo I. (Extraído de TEIXEIRA, Francisco. Pensando com Marx. Ensaio: 1995. Os grifos em negrito são nossos, os grifos em itálico são do autor.)

a força de trabalho e os meios de produção se unem para produzir uma mercadoria  $M'$  – que é maior que  $M$ , haja vista que a força de trabalho, ao final do processo produtivo, gera uma mercadoria com um valor maior do que a soma de todas as mercadorias necessárias para produzi-las. Essa mercadoria  $M'$  gera um valor  $D'$ , ou seja, dinheiro acrescido de mais-valia e obviamente, maior do que  $D$ . Quando consegue comprar meios de produção e força de trabalho para produzir mercadorias, o capitalista transforma dinheiro – até então, uma mera função monetária, em capital - em *valor que valoriza a si mesmo*.

Sabemos que o produto - fruto do processo de trabalho é, além de propriedade do capitalista, um valor de uso. O capitalista, sinaliza Marx (1985), não tem uma relação de amor com o valor de uso que produz, o produz apenas quando e porque ele é portador de valor de troca. Noutras palavras, o capitalista quer produzir uma mercadoria que possua um valor de troca mais elevado do que a soma das mercadorias, meios de produção e força de trabalho necessário para produzi-la. Logo, a produção do valor de uso por si só não revela a essência desse processo, que é produzir não só a mercadoria, mas sim, valor e mais-valia.

Assim sendo, a mercadoria, queremos dizer: seu fluxo, marca as sociedades onde predomina o modo de produção capitalista. Com efeito, a riqueza dessa sociedade, dirá Marx (1985), é uma “imensa coleção de mercadorias”. (p 45)

### **Especificidades da compra e venda da Força de Trabalho**

Marx (1985) parte da tese que o capital é uma “contradição viva” e de que o desenvolvimento do capitalismo, por sua vez, não suprime essas contradições internas, mas sim, “gera a forma dentro da qual elas podem mover-se” (p 93). Por isso concebe o processo de troca de mercadorias como inconcebível se pensado enquanto processo individual e genericamente social. Em suas palavras:

cada possuidor de mercadorias só quer alienar sua mercadoria por outra mercadoria cujo valor de uso satisfaça sua necessidade. Nessa medida, a troca é para ele apenas um processo individual. Por outro lado, ele quer realizar sua mercadoria enquanto valor, em qualquer outra mercadoria que o agrade do mesmo valor, quer a sua própria mercadoria tenha ou não valor de uso para o possuidor da outra. Nessa medida, a troca é para ele um processo genericamente social. Mas o mesmo processo não pode ser simultaneamente para todos os possuidores de mercadorias apenas individual e, ao mesmo tempo, apenas genericamente social. (MARX, 1985, p 80)

E em seguida esclarece que

para todo possuidor de mercadoria toda mercadoria alheia funciona como equivalente particular de sua mercadoria, sua mercadoria, portanto, como equivalente geral de todas as outras mercadorias. Mas como todos os possuidores de mercadorias fazem o mesmo, nenhuma mercadoria é equivalente geral e por isso as mercadorias não possuem também nenhuma forma valor geral relativa, na qual elas possam equiparar-se como valores e comparar-se como grandezas de valor. (MARX, 1985, p 80)

Essa relação, portanto, se desenvolve através de uma síntese. Essa síntese é o dinheiro – que por ter surgido no *mundo das mercadorias* como um valor de troca particular, transforma-se no representante universal dos valores de troca.

Portanto, queremos dizer que a dialética interna do processo de troca gera a forma social dinheiro, mediante a qual a contradição entre a forma equivalente e relativa do valor se resolve.

Assim, numa perspectiva marxiana, o dinheiro e a mercadoria determinam o capital como uma relação histórica e social.

Contudo há uma especificidade que merece destaque: o dinheiro só consegue ser capital quando intermedia a compra de uma mercadoria, e é condição essencial de qualquer operação de compra e venda, mediante a existência, logicamente, de um comprador e um vendedor. E essa relação nada mais é do que uma relação de classe.

Contudo, convém ressaltar: não é o dinheiro que estabelece essa relação de classe, haja vista que, segundo Marx,

um negro é um negro. Somente em determinadas condições torna-se escravo. Uma máquina fiadora de algodão é uma máquina para fiar algodão. Apenas em determinadas condições ela se torna capital. Arrancada dessas condições ela é tão pouco capital como o ouro em si e para si é dinheiro, ou o açúcar é o preço do açúcar [...] O capital é uma relação social de produção. É uma relação histórica de produção (MARX; 1985, p 296).

O dinheiro só é capital quando consegue comprar uma mercadoria, ele precisa fazer parte do ciclo do capital para fazer dele uma relação histórico/social. Fora disso, o dinheiro é uma mera função monetária.

Cabe agora acrescentarmos que o capital, além de uma relação histórico/social, é movimento e rotação. Dentro do seu ciclo giram e se interligam as instâncias do capital dinheiro, capital produtivo e do capital mercadoria. Trocando em miúdos: o dinheiro deve rotacionar para que possa comprar a força de trabalho e os meios de produção necessários para produzir as mercadorias. Uma interrupção nesse ciclo desencadeará um congelamento do capital, bem como, uma interrupção na acumulação capitalista e, por conseguinte, um

decréscimo em seus lucros, haja vista que a função “capital mercadoria” não será desempenhada. Fora do ciclo supracitado, o dinheiro se congela e, dessa forma, não é capital.

Assim sendo, o capital é um ciclo que tem nele mesmo a sua força motriz de produção e reprodução, o que o faz uma mola propulsora do desenvolvimento das forças produtivas.

Diante do exposto temos que um dos embates travados entre as duas classes sociais é sobre a compra e venda da mercadoria força de trabalho, tendo em vista que a natureza dessa mercadoria torna o seu processo de compra e venda numa constante tensão, pois ela [a força de trabalho], como qualquer outra mercadoria, só tem valor de uso, ou seja, só consegue ter sua utilidade realizada no consumo.

Logo, o embate encontra-se na seguinte questão: o consumo da força de trabalho não pertence ao seu dono (o trabalhador), mas sim, a quem a adquire (o capitalista). Dessa forma, o capitalista só consegue extrair o valor de uso da mercadoria que comprou fazendo o trabalhador trabalhar cada vez mais.

O capital por sua vez, só pode se portar como tal quando coloca a força de trabalho como *não capital*, como uma negação do seu valor de uso.

Logo, fica estabelecido o conflito entre essas classes, que como percebemos é um desdobramento da contradição entre valor de uso e valor de troca da mercadoria.

## **Á GUISA DE CONCLUSÃO**

Indo à gênese, ou se quisermos, às bases materiais da subordinação do trabalho ao capital, vimos o trabalho abstrato como o trabalho que possui potencialidades de criar valor, como trabalho consonante com a forma capitalista de produção de mercadorias.

Sua capacidade de criar um valor maior do que o valor necessário a sua subsistência e reprodução é o que distingue a força de trabalho de todas as outras mercadorias.

Vimos que a mercadoria enquanto unidade é uma síntese entre valor de uso e valor de troca. Mas nos coube enfatizar que o valor de uso é destinado para o consumo a fim de satisfazer as necessidades imediatas do indivíduo, enquanto o valor de troca, mais especificamente sua finalidade, é ter uma utilidade (um dado valor) no intercâmbio entre mercadorias.

Face ao exposto, vimos de forma mais pormenorizada que a contradição entre valor de uso e valor de troca se desdobra, em larga medida, na contradição de classes.

Demonstramos também que o capital é uma relação social. Tal análise não foi gratuita. Como vimos é o dinheiro e a mercadoria que assim o determinam. Contudo, vimos

também que o dinheiro por si só não estabelece essa relação. Marx dirá que ele não seria capaz de comprar força de trabalho numa sociedade em que ela não fosse subordinada ao capital, nem, analogicamente, conseguiria comprar escravos numa sociedade de homens livres. Então, o dinheiro só é capital quando consegue comprar mercadorias.

Então, no que se concerne a especificidade da força de trabalho, a compra e venda de mercadorias pressupõe um comprador e um vendedor. Um que precisa vender a sua força de trabalho como única mercadoria que lhe pertence, outro que precisa que essa força de trabalho esteja à venda para comprá-la e só assim poder transformar dinheiro – valor que não se valoriza, em capital. Isso pressupõe também uma relação de classe, que por sua vez pressupõe a força de trabalho como mercadoria, que sobretudo pressupõe um processo de trabalho pautado na forma capitalista de produção de mercadorias.

Com isso, estamos aptos a concluir que enquanto a produção de mercadorias for o modo dominante de se produzir nessa sociedade, a contradição entre capital e trabalho não pode ser anulada. Noutras palavras: enquanto a força de trabalho permanecer como mercadoria o trabalho sempre irá se opor ao capital.

## REFERÊNCIAS

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. [Livro Primeiro, Tomo 1].

TEIXEIRA, Francisco. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995.